

2.13	Eficácia no tempo das normas de Direito do Trabalho.....	54
2.14	Eficácia no espaço das normas de Direito do Trabalho	57
2.15	Princípios de Direito do Trabalho	60
2.15.1	Princípio da proteção.....	62
2.15.2	Princípio da irrenunciabilidade.....	64
2.15.3	Princípio da primazia da realidade.....	65
2.15.4	Princípio da continuidade da relação de emprego.....	65
2.15.5	Outros princípios aplicáveis ao Direito do Trabalho.....	66
2.16	Flexibilização e Direito do Trabalho.....	72
2.16.1	Programa Seguro-Emprego	75
2.16.2	Medidas trabalhistas alternativas para enfrentamento de estado de calamidade pública.....	78
2.16.3	Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.....	85
2.17	Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e Direito do Trabalho.....	94
Capítulo 3 – DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO		97
3.1	Introdução.....	97
3.2	Incorporação de normas internacionais ao sistema jurídico interno....	97
3.3	Hierarquia da norma internacional no ordenamento jurídico nacional	99
3.4	Organização Internacional do Trabalho.....	101
3.5	Direito Comunitário	105
Capítulo 4 – CONTRATO DE TRABALHO		108
4.1	Contrato de trabalho e relação de emprego.....	108
4.2	Natureza jurídica	108
4.3	Contratação do empregado	109
4.3.1	Certidão de antecedentes criminais.....	111
4.3.2	Consulta a informações creditícias.....	113
4.4	Contrato de trabalho por equipe	114
4.5	Conceito de contrato de trabalho	114
4.6	Requisitos do contrato de trabalho.....	114
4.6.1	Pessoa natural	115
4.6.2	Pessoalidade.....	116
4.6.3	Não eventualidade	116
4.6.4	Subordinação	116
4.6.5	Onerosidade.....	118
4.7	Características do contrato de trabalho	119
4.8	Elementos do contrato de trabalho	119
4.8.1	Contrato de trabalho com o indígena.....	122
4.9	Cláusula de não concorrência.....	124
4.10	Nulidade no Direito do Trabalho: trabalho ilícito e trabalho proibido.	124

4.11	Direitos e deveres.....	126
4.12	Direitos intelectuais e invenções do empregado.....	127
4.13	Indenização por danos extrapatrimoniais e materiais trabalhistas	129
4.13.1	Trabalho em condições análogas à de escravo, e tráfico de pessoas.....	142
4.13.2	Trabalho decente.....	146
4.14	Termo de quitação anual de obrigações trabalhistas.....	149
4.15	Diferenças entre contrato de trabalho e outras modalidades contratuais	150
4.16	Contrato de trabalho a prazo determinado	151
4.17	Contratos de trabalho a prazo determinado em leis específicas	155
4.18	Contrato de trabalho intermitente.....	160
4.19	Trabalhador temporário: Lei 6.019/1974	165
4.20	Contrato de trabalho verde e amarelo.....	172
Capítulo 5 – EMPREGADO		173
5.1	Conceito	173
5.2	Modalidades de Empregado.....	173
5.2.1	Empregado eleito diretor de sociedade.....	173
5.2.2	Empregado em domicílio e teletrabalho.....	174
5.2.2.1	Regime de trabalho do advogado empregado	179
5.2.2.2	Regime de trabalho da empregada gestante.....	180
5.2.3	Empregado doméstico.....	181
5.2.3.1	Conceito de empregado doméstico.....	185
5.2.3.2	Trabalho do menor proibido.....	185
5.2.3.3	Duração do trabalho	185
5.2.3.4	Horas extras	185
5.2.3.5	Compensação de horas.....	185
5.2.3.6	Períodos não computados na jornada de trabalho..	186
5.2.3.7	Trabalho em dias de descanso.....	186
5.2.3.8	Trabalho em regime de tempo parcial.....	186
5.2.3.9	Contrato por prazo determinado.....	186
5.2.3.10	Carteira de Trabalho e Previdência Social.....	187
5.2.3.11	Jornada 12x36.....	187
5.2.3.12	Viagens.....	187
5.2.3.13	Registro de horário de trabalho.....	188
5.2.3.14	Intervalo intrajornada.....	188
5.2.3.15	Trabalho noturno	188
5.2.3.16	Horários mistos.....	188
5.2.3.17	Intervalo interjornada.....	189
5.2.3.18	Repouso semanal remunerado e feriados	189
5.2.3.19	Férias	189

5.2.3.20	Descontos salariais e utilidades.....	189
5.2.3.21	Aplicação subsidiária.....	190
5.2.3.22	Vale-transporte.....	190
5.2.3.23	Previdência Social.....	190
5.2.3.24	FGTS.....	190
5.2.3.25	Aviso prévio.....	191
5.2.3.26	Licença-maternidade.....	192
5.2.3.27	Estabilidade provisória da gestante.....	192
5.2.3.28	Seguro-desemprego.....	192
5.2.3.29	Justa causa.....	193
5.2.3.30	Rescisão indireta.....	194
5.2.3.31	Simplex Doméstico.....	194
5.2.3.32	Prescrição.....	196
5.2.3.33	Fiscalização.....	196
5.2.3.34	Modificações legais futuras.....	197
5.2.4	Empregado rural.....	197
5.2.5	Empregado público.....	200
5.2.6	Empregado aprendiz.....	208
5.2.7	Mãe social.....	213
5.2.8	Empregado com formação superior e maior patamar remuneratório.....	214
5.3	Identificação profissional e registro do empregado.....	215
5.3.1	Carteira de Trabalho e Previdência Social.....	215
5.3.2	Registro de empregado.....	220
Capítulo 6 – OUTRAS ESPÉCIES DE TRABALHADORES.....		223
6.1	Trabalhador avulso.....	223
6.2	Estagiário.....	227
6.3	Trabalhador autônomo.....	234
6.4	Trabalhador eventual.....	241
6.5	Trabalhador voluntário.....	242
6.6	Medidas de proteção ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega.....	244
Capítulo 7 – EMPREGADOR.....		247
7.1	Conceito.....	247
7.2	Grupo de empresas.....	248
7.3	Consórcio de empregadores.....	252
7.4	Sucessão trabalhista.....	253
7.4.1	Sucessão trabalhista na Lei 11.101/2005.....	256
7.4.2	Despersonalização do empregador e desconsideração da personalidade jurídica.....	258

7.4.3	Cartórios notariais e de registro (extrajudiciais).....	262
7.5	Entidades de prática desportiva.....	264
7.5.1	Sucessão e responsabilidade.....	265
7.6	Poder de direção do empregador.....	270
7.6.1	Verificação de <i>e-mail</i> pelo empregador.....	272
7.6.2	Regulamento de empresa.....	273
7.6.3	Revistas pessoais.....	273
7.6.4	Uso de uniforme.....	275
7.6.5	Câmeras de vigilância.....	276
7.7	Preservação do sigilo sobre doenças e condições de saúde.....	276
Capítulo 8 - TERCEIRIZAÇÃO.....		279
8.1	Introdução.....	279
8.2	Terceirização e intermediação de mão de obra.....	280
8.3	Parâmetros da terceirização.....	280
8.4	Terceirização na Administração Pública.....	287
8.5	Responsabilidade do tomador.....	291
8.6	Terceirização em concessão de serviço público.....	297
8.7	Enquadramento sindical na terceirização.....	299
8.8	Fiscalização da terceirização.....	299
8.9	Empresas de vigilância.....	300
8.10	Dono da obra e empreitada.....	300
8.11	Contrato de facção.....	302
8.12	Cooperativas de trabalho.....	303
Capítulo 9 - REMUNERAÇÃO.....		313
9.1	Conceito.....	313
9.2	Parcelas de natureza salarial.....	317
9.2.1	Comissões.....	318
9.2.2	Gratificações.....	318
9.2.3	Décimo terceiro salário.....	319
9.2.4	Quebra de caixa.....	320
9.3	Adicionais ao salário.....	321
9.3.1	Adicional de horas extras.....	321
9.3.2	Adicional noturno.....	322
9.3.3	Adicional de transferência.....	323
9.3.4	Adicional de periculosidade.....	324
9.3.5	Adicional de insalubridade.....	328
9.3.6	Adicional por acúmulo de funções.....	334
9.3.7	Adicional de risco.....	336
9.4	Parcelas sem natureza salarial.....	336
9.4.1	Abonos.....	337

9.4.2	Abono do PIS.....	337
9.4.3	Ajuda de custo	338
9.4.4	Auxílio-alimentação	338
9.4.5	Diárias para viagem	339
9.4.6	Participação nos lucros.....	340
9.4.7	Prêmios.....	343
9.5	<i>Gueltas</i>	344
9.6	<i>Stock option</i>	345
9.7	Salário-família.....	346
9.8	Salário-maternidade.....	346
9.9	Formas de fixação do salário	348
9.10	Salário-utilidade.....	350
9.11	Utilidades sem natureza salarial.....	353
9.12	Tempo de pagamento do salário	357
9.13	Débitos salariais e mora contumaz	358
9.14	Local e forma de pagamento do salário	359
9.15	Garantias de proteção do salário.....	360
9.15.1	Garantias do salário perante o empregador.....	360
9.15.2	Garantias do salário perante credores do empregado	364
9.15.3	Garantias do salário perante credores do empregador.....	366
9.16	Direito de arena e direito de imagem	371
Capítulo 10 – EQUIPARAÇÃO SALARIAL E POLÍTICA SALARIAL.....		374
10.1	Introdução	374
10.2	Requisitos da equiparação salarial.....	375
10.2.1	Identidade de funções	375
10.2.2	Identidade de empregador	377
10.2.3	Identidade de estabelecimento	378
10.2.4	Trabalho de igual valor.....	378
10.2.5	Ausência de quadro de carreira e de plano de cargos e salários	380
10.2.6	Contemporaneidade na prestação dos serviços.....	381
10.2.7	Empregado readaptado e que não pode servir de paradigma	381
10.3	Prescrição na equiparação salarial	382
10.4	Multa decorrente de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade	382
10.5	Equiparação salarial por função análoga	385
10.6	Equiparação salarial por equivalência.....	386
10.7	Salário do período de substituição não provisória.....	386
10.8	Equiparação salarial na terceirização.....	386
10.8.1	Equiparação salarial na intermediação de mão de obra.....	389
10.9	Desvio de função.....	390

10.10	Política Salarial	391
10.10.1	Salário mínimo	391
10.10.2	Salário profissional e piso da categoria	393
10.10.3	Política salarial em vigor	396
Capítulo 11 – ALTERAÇÕES NO CONTRATO DE TRABALHO		399
11.1	Introdução	399
11.2	Requisitos	399
11.3	<i>Jus Variandi</i>	400
11.4	Transferência do empregado	402
11.4.1	Transferência ao exterior	405
Capítulo 12 – SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO		409
12.1	Introdução	409
12.2	Distinção e conceito	409
12.3	Hipóteses	409
12.3.1	Aborto	410
12.3.2	Acidente do trabalho	410
12.3.3	Auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária)	413
12.3.4	Aposentadoria por invalidez (aposentadoria por incapacidade permanente)	414
12.3.5	Aviso prévio	416
12.3.6	Eleição para cargo de diretor da sociedade	416
12.3.7	Encargo público	417
12.3.8	Faltas justificadas	417
12.3.9	Férias	424
12.3.10	Greve	424
12.3.11	Inquérito judicial para apuração de falta grave	425
12.3.12	Intervalo para descanso e refeição	427
12.3.13	Intervalo dos serviços de mecanografia e digitação	428
12.3.14	Intervalo do trabalho em minas de subsolo	428
12.3.15	Intervalo em câmaras frias	429
12.3.16	Intervalo interjornada	429
12.3.17	Licença-maternidade	429
12.3.18	<i>Lockout</i>	436
12.3.19	Prisão e detenção do empregado	436
12.3.20	Prontidão e sobreaviso	436
12.3.21	Tempo de espera	437
12.3.22	Repouso semanal remunerado e feriados	438
12.3.23	Representação sindical	439
12.3.24	Segurança nacional	439

12.3.25	Suspensão disciplinar.....	440
12.3.26	Suspensão por violência doméstica e familiar à mulher.....	440
12.4	Suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional	442
12.5	Suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional de mulheres.....	445
12.6	Suspensão do contrato de trabalho de pais empregados	446
12.7	Suspensão do contrato de trabalho e dispensa do empregado.....	447
Capítulo 13 – CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....		449
13.1	Terminologia	449
13.2	Classificação e conceito	449
13.3	Direito Internacional.....	450
13.4	Dispensa plúrima e dispensa coletiva.....	452
13.5	Modalidades de dispensa	454
13.6	Classificação das modalidades de cessação do contrato de trabalho	455
13.6.1	Dispensa sem justa causa.....	455
13.6.2	Dispensa com justa causa.....	458
13.6.3	Culpa recíproca.....	472
13.6.4	Demissão.....	472
13.6.5	Despedida indireta	473
13.6.5.1	Dispensa indireta e possibilidade de permanência no serviço	478
13.6.6	Cessação do contrato por falecimento do empregado.....	480
13.6.7	Cessação do contrato por falecimento do empregador pessoa física.....	480
13.6.8	Extinção da empresa pelo falecimento do empregador	481
13.6.9	Cessação do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador	481
13.6.10	Planos de demissão voluntária ou incentivada	482
13.6.11	Cessação do contrato de trabalho por forçá maior.....	485
13.6.12	Cessação do contrato de trabalho por <i>factum principis</i>	487
13.6.13	Cessação do contrato de trabalho por tempo determinado... ..	488
13.7	Pagamento das verbas rescisórias na extinção do contrato de trabalho.....	489
13.8	Comissão de Conciliação Prévia	493
Capítulo 14 – AVISO PRÉVIO		498
14.1	Introdução	498
14.2	Conceito	498
14.3	Fundamento.....	498
14.4	Natureza jurídica	498
14.5	Prazo e forma	499
14.5.1	Aviso prévio proporcional ao tempo de serviç�o.....	500

14.6	Finalidade	504
14.7	Cabimento.....	504
14.8	Consequências da ausência de concessão do aviso prévio.....	504
14.9	Aviso prévio e trabalho no período	506
14.10	Justa causa durante o aviso prévio	509
14.11	Reconsideração do aviso prévio concedido.....	510
Capítulo 15 – ESTABILIDADE.....		511
15.1	Introdução.....	511
15.2	Denominação.....	511
15.3	Conceito	512
15.4	Fontes formais do direito de estabilidade	512
15.5	Estabilidade por tempo de serviço.....	512
15.6	Garantias de emprego	515
15.6.1	Dirigente sindical.....	515
15.6.2	Representante da CIPA.....	519
15.6.3	Empregada gestante e adotante.....	521
15.6.4	Empregado acidentado.....	527
15.6.5	Empregado eleito diretor de cooperativa.....	530
15.6.6	Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia	531
15.6.7	Membro do Conselho Curador do FGTS.....	532
15.6.8	Membro do Conselho Nacional de Previdência Social	532
15.6.9	Empregado reabilitado e empregado com deficiência.....	533
15.6.10	Período eleitoral.....	536
15.6.11	Estabilidade de servidores públicos regidos pela CLT.....	537
15.6.12	Estabilidade do art. 19 do ADCT.....	538
15.6.13	Comissão para acompanhamento e fiscalização de gorjeta ...	540
15.6.14	Comissão de representantes dos empregados.....	540
Capítulo 16 – INDENIZAÇÃO		542
16.1	Introdução.....	542
16.2	Conceito	542
16.3	Natureza jurídica	543
16.4	Evolução do sistema de despedida no Brasil.....	543
16.5	Indenização por tempo de serviço.....	545
16.5.1	Aposentadoria e contrato de trabalho.....	549
16.6	Indenização nos contratos a prazo determinado.....	555
16.7	Indenização compensatória de 40% do FGTS.....	556
16.8	Indenização adicional.....	557
Capítulo 17 – FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO.....		560
17.1	Introdução.....	560

17.2	Conceito	561
17.3	Natureza jurídica	562
17.4	Administração.....	563
17.5	Sujeitos da obrigação de depositar o FGTS	564
17.6	depósitos do FGTS	566
17.7	Prazo para depósito do FGTS	568
17.8	Fiscalização do FGTS.....	569
17.9	Cobrança do FGTS.....	569
17.10	Saque do FGTS	570
17.11	Prescrição do FGTS.....	574
17.12	Diferença de indenização compensatória de 40% do FGTS decorrente de expurgos inflacionários	576
17.13	Recontratação de empregado.....	577
Capítulo 18 - JORNADA DE TRABALHO.....		579
18.1	Introdução	579
18.2	Denominação e conceito.....	580
18.3	Natureza jurídica	581
18.4	Classificação.....	581
18.5	Fundamentos para a limitação da jornada de trabalho.....	582
18.6	Duração normal da jornada de trabalho.....	582
	18.6.1 Jornada de trabalho do professor	584
	18.6.2 Horários de entrada e saída flexíveis	585
18.7	Horas <i>In Itinere</i>	585
18.8	Registro de ponto e variação de horário.....	588
18.9	Trabalho em regime de tempo parcial	591
18.10	Trabalho em regime de escala de revezamento.....	592
18.11	Empregados excluídos do regime de duração do trabalho.....	595
18.12	Jornada de trabalho especial do empregado bancário	600
18.13	Jornada de trabalho especial do advogado empregado	603
18.14	Prorrogação da jornada de trabalho.....	604
	18.14.1 Acordo de prorrogação da jornada de trabalho.....	604
	18.14.2 Prorrogação de jornada decorrente de necessidade imperiosa	605
	18.14.3 Prorrogação para recuperação de tempo de não realização do trabalho.....	607
	18.14.4 Cálculo das horas extras.....	607
18.15	Compensação da jornada de trabalho.....	611
	18.15.1 Regime especial de compensação de jornada de trabalho por meio de banco de horas	613
	18.15.2 Jornada 12 x 36	614
	18.15.3 Acordo de compensação irregular	616
	18.15.4 Prorrogação em atividade insalubre	616
18.16	Trabalho noturno.....	617

Capítulo 19 – INTERVALOS PARA DESCANSO	620
19.1 Introdução	620
19.2 Denominação	620
19.3 Conceito e natureza jurídica	620
19.4 Intervalo intrajornada	621
19.4.1 Intervalo para descanso e refeição	621
19.4.2 Serviço de mecanografia e digitação	626
19.4.3 Serviços em frigorífico e câmara fria	631
19.4.4 Serviços em minas de subsolo	631
19.4.5 Intervalo para amamentação	632
19.5 Intervalo interjornada	632
Capítulo 20 – REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	635
20.1 Introdução	635
20.2 Denominação e conceito	635
20.3 Natureza jurídica	637
20.4 Descanso semanal remunerado e trabalho aos domingos	637
20.4.1 Remuneração do descanso semanal	641
20.5 Descanso Remunerado e Trabalho em Feriados	644
20.5.1 Remuneração dos feriados	646
20.6 Descanso semanal remunerado e feriados na relação de emprego doméstico	646
Capítulo 21 – FÉRIAS	648
21.1 Introdução	648
21.2 Conceito	648
21.3 Natureza jurídica	649
21.4 Classificação	649
21.5 Período aquisitivo	650
21.5.1 Duração das férias	650
21.5.2 Perda do direito às férias	652
21.6 Período concessivo	653
21.6.1 Fracionamento das férias	654
21.6.2 Feriados no curso das férias	655
21.7 Comunicação das férias	656
21.8 Remuneração das férias	656
21.9 Abono pecuniário de férias	658
21.10 Férias concedidas após o período concessivo	659
21.11 Cessação do contrato de trabalho e efeitos quanto às férias	660
21.12 Antecipação de férias individuais	663
21.13 Prescrição da pretensão quanto às férias	664
21.14 Férias do empregado doméstico	664

21.15	Férias do professor.....	665
21.16	Férias do marítimo.....	666
Capítulo 22 – TRABALHO DA MULHER.....		667
22.1	Introdução.....	667
22.2	Fundamento das normas de proteção do trabalho da mulher.....	669
22.3	Condições de trabalho da mulher.....	670
22.4	Normas de proteção do trabalho da mulher que ainda persistem na CLT	671
22.4.1	Duração, condições do trabalho e discriminação contra a mulher.....	672
22.4.2	Trabalho noturno da mulher	675
22.4.3	Períodos de descanso no trabalho da mulher.....	675
22.4.4	Métodos e locais de trabalho da mulher	679
22.5	Proteção à maternidade	682
22.6	Direitos e garantias da advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e do advogado que se torna pai.....	685
22.7	Programa Emprega + Mulheres.....	685
Capítulo 23 – TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....		688
23.1	Introdução.....	688
23.2	Denominação e conceito.....	690
23.3	Fundamento das normas de proteção ao trabalho da criança e do adolescente.....	690
23.4	Conselhos Tutelares e conselhos de direitos da criança e do adolescente.....	691
23.5	Trabalho proibido ao menor	692
23.6	Deveres e responsabilidade em relação ao menor	694
23.7	Trabalho educativo.....	695
23.8	Direito à profissionalização, ao trabalho e à renda do jovem	696
Capítulo 24 – NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO.....		698
24.1	Introdução.....	698
24.2	Disposições sobre a nacionalização do trabalho na CLT e sua vigência....	699
24.3	Formalização do contrato de trabalho com o empregado estrangeiro	702
Capítulo 25 – SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO.....		707
25.1	Introdução.....	707
25.1.1	Normas de Segurança e Saúde no Trabalho.....	707
25.1.2	Diretrizes para elaboração e revisão das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho	708
25.2	Denominação e conceito.....	710
25.3	Segurança e Saúde no Trabalho e meio ambiente do trabalho	710
25.4	Disposições gerais	711

25.5	Inspeção prévia e embargo ou interdição	713
25.6	Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT)	715
25.7	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA).....	716
25.8	Equipamento de proteção individual	717
25.9	Medidas preventivas de segurança e saúde no trabalho (PGR, PCMSO e ASO)	718
25.10	Edificações.....	720
25.11	Iluminação.....	720
25.12	Conforto térmico.....	720
25.13	Instalações elétricas.....	721
25.14	Movimentação, armazenagem e manuseio de materiais.....	721
25.15	Máquinas e equipamentos	722
25.16	Caldeiras, fornos e recipientes sob pressão.....	722
25.17	Prevenção da fadiga.....	722
25.18	Indústria de construção.....	723
25.19	Trabalho a céu aberto.....	723
25.20	Trabalho em minas de subsolo	723
25.21	Proteção contra incêndio	724
25.22	Condições de higiene e conforto	725
25.23	Resíduos industriais.....	725
25.24	Sinalização e identificação de segurança	725
25.25	Asbesto (amianto)	725
25.26	Insalubridade.....	726
25.27	Periculosidade	728
25.28	Normas comuns à insalubridade e à periculosidade	735
25.29	Segurança e saúde no trabalho rural	736
25.30	Explosivos.....	737
25.31	Líquidos combustíveis e inflamáveis.....	738
25.32	Registro profissional do técnico de segurança do trabalho	738
25.33	Fiscalização e penalidades	738
25.34	Segurança e saúde no trabalho portuário	738
25.35	Segurança e saúde no trabalho aquaviário.....	739
25.36	Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde	739
25.37	Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados.....	739
25.38	Meio ambiente de trabalho na indústria da construção, reparação e desmonte naval.....	740
25.39	Trabalho em altura	740
25.40	Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados	740
25.41	Segurança e saúde em plataformas de petróleo	740

25.42	Segurança e saúde no trabalho nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.....	741
Capítulo 26 – FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO		742
26.1	Introdução.....	742
26.2	Natureza jurídica.....	742
26.3	Carreira, atribuições, identificação e poderes.....	746
26.4	Dupla visita.....	748
26.5	Autuação, livro de inspeção do trabalho e domicílio eletrônico trabalhista.....	750
26.6	Processo administrativo e multa na fiscalização do trabalho.....	751
	26.6.1 Recurso administrativo.....	753
26.7	Programa de Estímulo à Conformidade Normativa Trabalhista.....	755
Capítulo 27 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO		757
27.1	Conceito.....	757
27.2	Prescrição e decadência.....	757
27.3	Prescrição no Direito do Trabalho.....	763
27.4	Prescrição do trabalhador rural.....	767
27.5	Prescrição da indenização por danos morais e materiais e decorrentes de acidente do trabalho.....	769
27.6	Prescrição na ação civil pública.....	773
Capítulo 28 – DIREITO COLETIVO DO TRABALHO		775
28.1	Introdução.....	775
28.2	Princípios de Direito Coletivo do Trabalho.....	775
28.3	Direito Coletivo do Trabalho na Constituição Federal de 1988.....	777
28.4	Liberdade sindical.....	779
28.5	Limitações ao princípio da liberdade sindical.....	783
28.6	Cláusulas que limitam a liberdade sindical.....	788
28.7	Condutas antissindiais.....	789
28.8	Sindicato.....	791
	28.8.1 Enquadramento sindical.....	792
	28.8.2 Órgãos do sindicato.....	793
	28.8.3 Eleições sindicais.....	793
28.9	Entidades sindicais de grau superior.....	794
28.10	Centrais sindicais.....	794
28.11	Funções do sindicato.....	799
28.12	Receitas do sindicato.....	801
28.13	Conflitos coletivos de trabalho.....	812
28.14	Negociação coletiva.....	816
28.15	Contratação coletiva de trabalho.....	817

28.16	Relação entre contrato individual de trabalho e instrumento normativo	825
28.17	Incorporação ao contrato individual de trabalho.....	827
28.18	Negociação coletiva na Administração Pública	832
28.19	Limites e parâmetros da negociação coletiva	834
28.19.1	Jornada de trabalho	839
28.19.2	Banco de horas anual.....	839
28.19.3	Intervalo intrajornada.....	840
28.19.4	Programa Seguro-Emprego	841
28.19.5	Plano de cargos, salários e funções.....	841
28.19.6	Regulamento de empresa	842
28.19.7	Representante dos trabalhadores no local de trabalho.....	843
28.19.8	Teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente ..	843
28.19.9	Remuneração por produtividade, gorjeta e por desempenho individual.....	845
28.19.10	Registro de jornada de trabalho	846
28.19.11	Troca do dia de feriado	847
28.19.12	Enquadramento do grau de insalubridade.....	848
28.19.13	Prorrogação de jornada em ambientes insalubres.....	848
28.19.14	Prêmios de incentivo em bens ou serviços.....	849
28.19.15	Participação nos lucros ou resultados.....	849
28.20	Anulação de convenção e acordo coletivo de trabalho.....	850
28.21	Objeto ilícito de convenção e acordo coletivo de trabalho.....	852
28.22	Representação dos trabalhadores na empresa.....	854
28.23	Cogestão.....	859
28.24	Greve.....	859
28.24.1	Classificação	860
28.24.2	Limites.....	861
28.24.3	Legitimidade e interesse.....	863
28.24.4	Procedimento.....	864
28.24.5	Direitos e deveres.....	867
28.24.6	Abuso do direito de greve	867
28.24.7	Efeitos sobre o contrato de trabalho.....	868
28.24.8	Instauração de dissídio coletivo de greve.....	869
28.25	Lockout.....	873
	BIBLIOGRAFIA	875